



## ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1  
2 No dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, realizou-se a vigésima primeira reunião ordinária  
3 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH no auditório da Companhia de Engenharia  
4 Rural do Estado da Bahia - CERB, a partir das dez horas e vinte cinco minutos. Estiveram  
5 presentes, o presidente em exercício deste Colegiado: Júlio Mota, Milene Maia secretária executiva  
6 representantes da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, e demais membros integrantes, os  
7 conselheiros: Luiz Henrique Pinheiro – INEMA, Marcelo Nunes de Abreu – SEAGRI, Jorge José  
8 Santos – SESAB, Ita de Cácia Aguiar – SESAB, João Lopes – AIBA, Gertha Merícia Rios – PGE,  
9 Wellington Franca Rocha – UEFS, Eduardo Lima – Prefeitura de Brumado, Evilásio Silva Fraga –  
10 FAEB, Maria Auxiliadora Prado – CERB, Eduardo Lobo – Mineração Caraíba, Kilson Santana –  
11 CAJAVERDE, Julio Cupertino – Associação Comunitária Quilombola Rural de Baixão Velho,  
12 Maria Alice Borges – Colônia de Pescadores Z- 60 de Juazeiro, Eduardo Henrique Rode – CREA-  
13 BA. Constaram em pauta: **1. Deliberações:** proposta de Resolução que dispõe sobre o  
14 enquadramento transitório de corpos de água, considerando a outorga de lançamento de esgotos  
15 domésticos e outros efluentes líquidos; proposta de Resolução que altera a Resolução nº 43, que  
16 institui a Divisão Hidrográfica Estadual em regiões de Planejamento e Gestão das Águas; proposta  
17 de Resolução que amplia o mandato do Grupo de Trabalho do Programa de Restauração e  
18 Conservação das Matas Ciliares – GTMAC. **2. Apresentações:** Processo Administrativo nº  
19 100611003007/11 - Sr. Antonio Abrantes Oliveira Neto; conceitos de enquadramento transitório e  
20 definitivo, incluindo metas progressivas a luz da Resolução CNRH nº 91/08 e da Resolução  
21 CONERH nº 79/10; relatório dos Conselheiros, membros da Câmara Técnica de Compensação  
22 Ambiental. **3. Informes:** atual situação do Programa de Matas Ciliares; situação dos rios da Região  
23 de Boninal; encaminhamento do Ofício à ANA. **4. O que Ocorrer.** O conselheiro Júlio Mota  
24 cumprimentou a todos e como havia *quórum* regimental a sessão foi aberta; registrou o pedido de  
25 urgência a ser incluído em pauta referente ao processo de renovação da gestão 2011/2013 deste  
26 Conselho; passou para apreciação e aprovação das Atas da 18ª e 19ª reuniões que foram aprovadas  
27 sem nenhuma restrição; passou para apreciação e aprovação da Ata da 20ª reunião de 24 de maio de  
28 2011. O conselheiro Luiz Henrique sugeriu que as atas fossem elaboradas de forma mais sucinta.  
29 Em seguida foi feita algumas correções e alterações que foram consideradas e a ata aprovada. O  
30 conselheiro Julio Mota informou que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA  
31 agendará uma reunião com a SEAGRI, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e  
32 Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, bem como a participação dos membros do  
33 Comitê de Bacia de Paraguaçu para execução de um perímetro irrigado com esgoto tratado da  
34 Estação de Tratamento da Bacia do Jacuípe, no município de Feira de Santana, inicialmente para 20  
35 hectares experimentalmente; falou do encaminhamento dos Decretos de criação dos Comitês de  
36 Bacias Hidrográficas dos Rios Peruípe, Itanhém, Jucuruçu e Santo Onofre; Frade, Buranhém e  
37 Santo Antônio e Recôncavo Sul; disse que estaria previstas duas reuniões ordinárias até o mês de  
38 dezembro, com os representantes dos 14 Comitês de Bacias que estão em funcionamento; disse que  
39 será firmado um Termo de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o  
40 Estado de Sergipe para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos dos Rios  
41 Vaza Barris e Rio Real; prevista a realização da IV Reunião plenária do Fórum Baiano dos Comitês  
42 de Bacias Hidrográficas nos dias 22 e 23 de setembro, em Salvador, na qual serão indicados dois  
43 representantes do Fórum e do CONERH para participar do Encontro Nacional dos Comitês de  
44 Bacias a ser realizado no Estado do Maranhão de 24 a 28 de outubro; registrou que o Comitê de  
45 Bacias Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe indicará um representante para participar do  
46 I Encontro de Bacias Hidrográficas de Regiões Metropolitanas de 29 a 31 de agosto, no Estado do  
47 Rio de Janeiro; registrou que até aquele momento não houve indicação; falou dos Encontros pelas

48 Águas realizados com os povos e comunidades tradicionais de onde foi criado um Conselho que  
49 emitiu uma carta com uma série de recomendações; sugeriu que os membros deste Conselho fossem  
50 incluídos aos Comitês de Bacias das suas respectivas áreas de atuação, estariam agendando uma  
51 reunião prevista para o mês de outubro, com a participação dos povos Indígenas, Quilombolas,  
52 Pescadores; será realizada uma reunião interna para definir algumas ações da sub-bacia do Rio do  
53 Antônio, na Bacia do Rio das Contas. Passou a palavra ao Sr. Eduardo Lima Vasconcelos  
54 representante da Prefeitura de Brumado, que manifestou interesse em participar dessa reunião para  
55 que possa contribuir com as discussões. O conselheiro Luiz Henrique informou que foi feita uma  
56 reunião com alguns atores da Bacia do Rio Antônio, com a participação da EMBASA; discutiram a  
57 viabilização de um Projeto de forma a programar a infra-estrutura alternativa, para fins de atender o  
58 abastecimento humano daquela região. O conselheiro Luiz Henrique apresentou a proposta de  
59 Resolução que dispõe sobre o enquadramento transitório de corpos de água e fez algumas  
60 considerações com relação aos procedimentos estabelecidos; destacou que com essa Resolução  
61 revoga-se a Resolução nº 36 que estabelece a competência para o próprio CONERH. O conselheiro  
62 Julio Mota ressaltou que essa mudança proposta retira a competência do Conselho de fazer o  
63 enquadramento passando para o próprio órgão visando dar celeridade ao processo. O conselheiro  
64 Julio Mota colocou em votação e foi aprovada a Resolução por unanimidade. Passou para  
65 apresentação da proposta de Resolução que altera a Resolução nº 43. O conselheiro Luiz Henrique  
66 ressaltou que essa Resolução foi aprovada na reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal -  
67 CTIL, mas sofreu alterações no Artigo 1º, incisos I e III, e apresentou as sugestões propostas; após  
68 retificação e a aprovação com as alterações propostas. A conselheira Milene Maia registrou que será  
69 retificada a informação sobre a Região de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA no Mapa que  
70 constará no anexo. O conselheiro Julio Mota passou a palavra à conselheira Milene Maia para  
71 apresentar a proposta de Resolução que amplia o mandato do Grupo de Trabalho do Programa de  
72 Restauração e Conservação das Matas Ciliares – GTMAC; disse que o funcionamento do GTMAC  
73 acompanhará o mesmo período de mandato dos membros deste Conselho, que após liberação do  
74 processo de prorrogação, automaticamente passa a vigorar o novo período e, portanto, regulariza o  
75 seu funcionamento. Passou para a apreciação do Processo Administrativo nº 100611003007/11,  
76 interessado ao Sr. Antônio Abrantes Oliveira Neto referente à suspensão temporária da Outorga,  
77 através Portaria INGÁ nº 137/2011. A conselheira Gertha Merícia Rios disse que se tratava de um  
78 recurso impetrado ao CONERH; explicou que esse processo foi encaminhado ao Núcleo de  
79 Patrimônio Público e Meio Ambiente da Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do  
80 Estado, recomendando encaminhamento ao INEMA para manifestações pertinentes sobre as  
81 questões suscitadas no processo e posterior arquivamento. Houve questionamentos e necessidade de  
82 esclarecer dúvidas quanto ao prazo da outorga estabelecido nesse processo; depois de discutido, o  
83 assunto estava diligenciado para esclarecimentos e conclusão do processo. O conselheiro Evilásio  
84 da Silva Fraga questionou a necessidade de ter a garantia jurídica de como proceder perante um  
85 processo de suspensão de outorga. A conselheira Gertha Merícia esclareceu que esse caso era  
86 específico, por se tratar de um cumprimento a uma decisão judicial, e através do Tribunal foi  
87 derrubada; disse que com relação à garantia jurídica se dará a partir da lavratura de um auto de  
88 infração. Passou para o conselheiro Luiz Henrique para falar sobre os conceitos de enquadramento  
89 transitório e definitivo; expôs que na Resolução nº 48 foi proposto alterar o artigo 3º que fala no  
90 Plano de Ação de doze meses, assim como o artigo 4º comentou que nesse Plano de Ação deverá  
91 conter as ações propostas pelos usuários e cronograma de execução com objetivo de viabilizar o  
92 enquadramento dos corpos da água referidos nessa Resolução, em classe imediatamente superior  
93 num prazo de três anos; ressaltou que essa decisão deverá ser feita na fase de enquadramento; em  
94 sua opinião não existia embasamento para manter essa proposta; propôs que no enquadramento  
95 transitório não fosse proposto nenhuma meta intermediária progressiva; sugeriu que o assunto em  
96 questão fosse discutido na Câmara Técnica Institucional Legal – CTIL; foi proposto revogar  
97 parcialmente essa Resolução, que possa contemplar apenas o que inicialmente foi objeto de  
98 discussão, ou seja, o enquadramento transitório. O conselheiro Julio Mota colocou em discussão;  
99 não houve manifestação contrária. Passou para o Sr. Eduardo Henrique Rode para apresentar o

100 Relatório dos conselheiros membros da Câmara Técnica de Compensação Ambiental – CTCA da  
101 SEMA; fez um histórico dessa Câmara que foi instituída em 2010, formou-se uma Comissão que  
102 estava se estruturando há quinze meses, mas desde março não houve nenhuma reunião; disse que  
103 até o momento foram apreciados dois processos: Votorantim e Aracruz Celulose; ressaltou que a  
104 falta de funcionamento da Comissão impossibilitaria a elaboração de instrumento normativo para  
105 definir a forma de pagamento pela compensação ambiental; disse que os recursos de  
106 empreendimentos que estão disponíveis são considerados volumosos. O conselheiro Julio Mota  
107 informou que essa CTCA hoje funciona na SEMA através de uma Coordenação específica para  
108 tratar do assunto, de forma que os recursos possam ser aplicados com efeitos positivos; salientou  
109 que na próxima reunião essa coordenação apresentará o andamento do assunto em questão. Passou a  
110 palavra ao Sr. Luiz Barbosa coordenador da diretoria de Biodiversidade do INEMA para falar sobre  
111 a atual situação do Programa de Mata Ciliar; originado do Plano Estadual de Recursos Hídricos -  
112 PERH, estruturado em três fases; naquele momento informou que estaria na finalização da primeira  
113 fase de estruturação e consulta do programa para iniciar o procedimento de avaliação e adequação  
114 para o período de quatro anos; disse que conseguiram alcançar 75% da 1ª meta estabelecida e  
115 incluir e acompanhar as reuniões de grupo; mostrou uma síntese das reuniões do GTMAC; falou  
116 que 15% da meta nº 2 foi alcançada, referente a elaboração e execução do plano de comunicação do  
117 programa e a criação de um esboço e identificação visual e design do programa; disse que uma das  
118 metas executada se referiu a seleção de critérios de Bacias Hidrográficas prioritárias para a  
119 implementação do programa; falou das metas ainda em execução e ações específicas; mostrou os  
120 quadros dos projetos aprovados e situação dos convênios. Em seguida falou sobre o ofício  
121 encaminhado a Agência Nacional de Águas - ANA o qual solicitou esclarecimento sobre as  
122 definições das vazões atuais e a jusante do Reservatório de Sobradinho, o Presidente em Exercício  
123 solicitou que a Diretoria de Águas do INEMA acompanhasse a resposta do ofício. Passou para o  
124 conselheiro Júlio Curpetino fez um relato sobre a situação dos rios da região de Boninal; disse que  
125 necessitaria de providências urgentes para o Rio Coxó; disse que os rios estavam morrendo devido a  
126 intensidade da contaminação; disse que reiterava essa solicitação ao Conselho e INEMA. O  
127 conselheiro Júlio Mota registrou que essa situação vai aparecer no Plano de Bacia, o qual também  
128 indicará soluções, porém antes deve ser feito uma inspeção e solicitar da Prefeitura o Plano de  
129 Saneamento. Passou a palavra a conselheira Maria Alice Borges que falou sobre a situação do Rio  
130 São Francisco com relação a Barragem do Sobradinho e que tem outros acontecimentos em  
131 conseqüências de outras Barragens; sugeriu que as multas possam ser aplicadas em recuperação de  
132 áreas degradadas, revitalização do rio e recuperação das matas ciliares; solicitou que o Conselho  
133 contatasse a Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF para saber que tipo de ação está  
134 sendo feita naquela região, e que pudesse aproveitar a mão de obra local, a exemplo dos pescadores;  
135 registrou o incidente ocorrido na época em que procurou os representantes desta Secretaria para  
136 formalizar uma denúncia e não foram tratados com respeito; declarou que somente após o  
137 transtorno ocorrido, ou seja, o uso de spray de pimenta, resolveram receber uma Comissão do  
138 movimento para um diálogo. O conselheiro Julio Mota disse que vai apurar os fatos e retratar ao  
139 Conselho, mas que o Sr. Edison Ribeiro, chefe de Gabinete do INEMA recebeu essa Comissão e,  
140 naquele momento, não sabiam de nada sobre os maus tratos ocorridos. O conselheiro João Lopes  
141 reiterou o registrou que estava com muitos problemas perante os financiamentos, devido os atrasos  
142 para as renovações das outorgas. O conselheiro Evilásio Silva citou a escassez de água na região de  
143 Boninal associado aos problemas da qualidade dos rios, conforme relato do conselheiro Julio  
144 Cupertino; reforçou a necessidade de um acompanhamento eficaz dessa situação. O conselheiro  
145 Eduardo Henrique sugeriu agendar uma palestra da Dra. Luciana Khoury do Ministério Público  
146 Estadual - MPE sobre Fiscalização de empreendimentos que causam impactos nas Bacias  
147 Hidrográficas principalmente no Rio São Francisco. O conselheiro Julio Mota disse que considerou  
148 bem vinda a sugestão, contudo a fiscalização ambiental deve ser feita pelo INEMA, a ação do MPE  
149 se tratava de uma fiscalização integrada; disse que a proposta era fortalecer a estrutura de  
150 fiscalização e monitoramento do INEMA; informou que foi criada uma Coordenação de  
151 Fiscalização Preventiva e de cumprimento de condicionantes. O conselheiro Julio Cupertino citou a

152 situação da Barragem prevista para construção em Baraunas (Comunidade Quilombola de Vazante).  
153 O conselheiro Luiz Henrique informou que o grupo de trabalho da Câmara Técnica Nacional de  
154 Recursos Hídricos/CNRH estava discutindo as diretrizes para emissão de Outorga e o  
155 enquadramento dos rios intermitentes; registrou que o Estado da Bahia através do INEMA  
156 coordenava o Fórum Nacional para Gestores de Recursos Hídricos, considerando ser importante  
157 para troca de informações entre Estados. Por fim falou sobre a renovação do mandato da gestão  
158 deste Conselho e colocou o calendário cronológico em discussão. O conselheiro Wellington Franca  
159 informou que a UEFS e o Ministério Público Estadual firmaram Convênio para parceria com ação  
160 na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, através da recém criada Promotoria Regional de Meio  
161 Ambiente instalada no Campus da UEFS, no município de Lençóis, desenvolvendo o Plano de  
162 Trabalho que envolverá apoio técnico, capacitação e outras ações. A conselheira Milene Maia  
163 convidou os membros deste Conselho que se interessarem em participar do Grupo de Trabalho de  
164 Planejamento, instituído no âmbito do Cepram para construir ações e atividades, até mesmo a  
165 própria reflexão dos Conselhos. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Eliuda  
166 Soares Costa dos Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais membros integrantes  
167 deste Conselho. Salvador, 25 de agosto de 2011.

168 **Presidente em exercício:** Julio Mota

169 **Secretária Executiva:** Milene Maia

170 **Membros:**

171 Eduardo Henrique Rode – CREA-BA

172 Eduardo Lima – Prefeitura de Brumado

173 Eduardo Lobo – Mineração Caraíba

174 Evilásio Silva Fraga – FAEB

175 Gertha Merícia Rios – PGE

176 Ita de Cácia Aguiar – SESAB

177 João Lopes – AIBA

178 Jorge Jose Santos – SESAB

179 Julio Cupertino – A.C. Quilombola Rural de Baixo Velho

180 Kilson Santana – CAJAVERDE

181 Luiz Henrique Pinheiro – INEMA

182 Marcelo Nunes de Abreu – SEAGRI,

183 Maria Alice Borges – Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro

184 Maria Auxiliadora Prado – CERB,

185 Wellington Franca Rocha – UEFS,

186 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**

187 Eliuda Soares

188 Clarice Xavier